

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

## **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DIFERENÇAS DE GÊNERO E. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

Magda Vianna de Souza y Marta Sisson de Castro.

Cita:

Magda Vianna de Souza y Marta Sisson de Castro (2009). *SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DIFERENÇAS DE GÊNERO E. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/914>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

## SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DIFERENÇAS DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Magda Vianna de Souza\*  
Marta Sisson de Castro\*\*

### Palavras-chave: ensino municipal – representação política - gênero

O presente artigo analisa as mudanças ocorridas na forma de atuação Secretários Municipais de Educação (SMEs) da Região Sul. O trabalho foi realizado a partir de análise de dados levantados em estudos de natureza quantitativa realizados em 1994 em 2005, pela pesquisa Gestão da Escola Básica- *GEB III: Teorizando sobre a prática*<sup>1</sup> nos três estados da Região Sul e, complementados por pesquisa de cunho qualitativo efetivada no período de 2006 a 2008, em quinze municípios da citada região. Constatou-se que no período houve um avanço da participação feminina na gestão da educação municipal e uma alteração no perfil dos ocupantes do cargo que aqui será examinado.

A predominância da mulher na área educacional não é um fenômeno recente na história da educação brasileira. Já na década de 50, do século passado, o contingente feminino tornou-se maioria no corpo docente das escolas primária brasileiras. As atividades docentes como professora são executadas majoritariamente por mulheres nas salas de aula do ensino básico no Brasil e, mesmo a função de direção de escola é exercida, majoritariamente, por profissionais do sexo feminino, sendo nas escolas do Rio Grande do Sul o cargo exercido em 84,5 % dos estabelecimentos da rede estadual de ensino<sup>2</sup> por estas profissionais.

Estudos realizados na área de administração da educação com Secretários Municipais de Educação (SME) evidenciaram que, também, em sua maioria os administradores da educação municipal no Brasil são mulheres. Este trabalho analisa o SME do ponto de vista de seu perfil sócio-educacional e política. Busca refletir sobre o papel da mulher na realidade educacional e, em especial no campo político, tendo em vista, que os (SME) são as pessoas responsáveis pela política e implementação da educação em nível municipal, no momento em que a crescente municipalização do ensino básico vem aumentando a relevância social e política do cargo.

O exame dos critérios apontados como norteadores da escolha do SME, evidencia que, no período examinado, a administração da educação municipal vem sofrendo alterações marcantes, sendo o cargo agora revestido de caráter mais político. Em levantamento realizado em 2005 junto a esses profissionais o critério político partidário que foi mencionado, por 41,9% dos respondentes que o apontaram como o definidor de sua indicação para o cargo de gestor.

Essas alterações podem ser vinculadas a implementação da Lei de Diretrizes e Bases LDB (Lei 9394/96). Fundamentada no princípio do direito universal à educação para todos, a nova LDB implementou diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a obrigatoriedade da educação infantil (creches e pré-escolas) e o incentivo ao já

---

\*Doutora em Sociologia – FFCH – PUCRS – magdavis@terra.com.br

\*\*Doutora em Educação – FACED- PUCRS – msisson@puers.br

<sup>1</sup> Gestão da Escola Básica projeto que vem sendo desenvolvido desde a década de 1990 por grupo de pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS. O projeto vem examinando a gestão da educação municipal nos três estados da região sul do Brasil.

<sup>2</sup> Resultados de levantamento realizado pelas pesquisadoras em arquivo de dados da Secretaria Estadual de Educação em 2007 .

iniciado processo de municipalização do ensino referido na Constituição de 1988. Este processo de transferência de competências e atribuições da União e dos estados para os municípios, visto como condição para o controle participativo e democrático dos cidadãos, acresce responsabilidades a gerência do ensino municipal.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, regulamentado pela Lei nº 9.424 e, pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997 estabelece novos critérios para a distribuição e utilização dos recursos destinados à educação. De acordo com essa nova legislação os 25% destinados a educação pela Constituição de 1988 devem agora ter parcela fixa de 60% destinada ao ensino fundamental, para que essa norma se efetive são estabelecidos critérios de partilha e de utilização para os estados e municípios de acordo com o número total de alunos atendidos por cada uma das redes. Para atender as demandas desta nova legislação foi necessário o estabelecimento de uma nova forma de tratamento aos recursos destinados ao Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª série, etapa esta que vem sendo paulatinamente assumida pelos municípios. A seguinte implementação do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) que entrou em vigor em janeiro de 2007 foi decisiva para o reconhecimento de um novo papel para o cargo de Secretário Municipal de Educação.

Essa nova legislação e, sua conseqüente partilha das verbas destinadas à educação no município, obrigou o poder municipal a dar mais importância à gestão da política educacional. Foram criados sistemas próprios de ensino a partir das regras legais estabelecidas para colaboração e parceria entre a União, os estados e os municípios.

Em decorrência destas modificações na legislação o cargo de SME que até a década de 1990 tinha um caráter meramente técnico vai gradativamente assumindo uma importância política frente ao montante monetário agora legalmente vinculado a educação.

Os dados quantitativos levantadas na área em estudo em 1994<sup>3</sup> evidenciaram que 82,8% dos SMEs entrevistados afirmaram terem sido nomeados para o cargo de gestor municipal de educação em função de critérios técnicos e de competência. A implementação da nova legislação e a conseqüente municipalização do ensino alterou profundamente esse enfoque técnico, sendo na última pesquisa constatado um aumento significativo do critério político como o principal motivo para a indicação ao cargo.

A politização do cargo de dirigente municipal de educação fica evidente examinando-se as respostas às questões propostas sobre participação política<sup>4</sup>. A grande maioria dos ocupantes do cargo de SME, 76,0%, declarou ter filiação partidária. Destes – 58,4% afirmaram que participam das atividades político partidárias como reuniões, campanhas e encontros de liderança do partido ao qual são filiados. Comparando os dados levantados em cada um dos estados observa-se que os indicadores de politização – filiação e participação nas atividades partidárias - são bastante diversos. O estado de Santa Catarina apresenta índices significativamente mais altos, tanto de filiação como de participação nas atividades político-partidárias que os outros dois estados sulinos.

A partir dos dados colhidos nas entrevistas qualitativas foi construída uma tipologia de trajetória profissional com a criação três categorias indicativas do tipo de caminho profissional percorrido pelos atuais secretários, a saber:

---

<sup>3</sup> Dados levantados pelo Projeto GEB em 1994 em 411 municípios da Região Sul.

<sup>4</sup> O instrumento de pesquisa aplicado em 1994 não abordou questões sobre esse quesito.

- **tradicional** - a trajetória do profissional da área educacional que iniciou a carreira como professor de séries iniciais, posteriormente se tornou diretor de escola e, finalmente assumiu o controle da educação municipal;

- **tradicional política** - refere-se ao percurso dos que passaram por diversas fases da carreira de docente e foram levados ao cargo de secretário em função de uma participação político partidária;

- **política** - onde é destacado o vínculo e participação política partidária como o principal elemento para a nomeação ao cargo.

Examinando as respostas dadas pelos SMEs nas entrevistas sobre sua trajetória profissional temos exemplos, de forma objetiva dessa categorização. A trajetória **tradicional** é descrita por uma SME de um pequeno município

...eu iniciei trabalhando em uma turma de segunda série, antes disso eu tive uma experiência, aos 15 anos de idade, como professora do MOBREAL, alfabetização de adultos, aí em março de 1980, eu iniciei no ensino da segunda série... trabalhei até 2003 na quarta série, ... em 2004 eu retornei para escola de quinta a oitava e ensino médio, trabalhei na rede estadual, trabalhei esse ano todo, aí em 2005 eu vim para SME (entrevista 3 – SME sexo feminino).

O relato de uma SME sobre a forma como foi escolhida para o cargo, mencionando sua experiência profissional, bem como sua vinculação partidária é um exemplo expressivo de uma trajetória **tradicional política**. A secretária colocou ...

... são seis meses agora, é um cargo condicionado pelo prefeito... ele achou que eu tinha as características necessárias pra lidar com a educação, com o grupo. ... já tinha experiência com educação como professora, como conselheira tutelar, na educação infantil também. Sou filiada, simpatizante, meu marido também é. ...em comunidade pequena às vezes também mudam as lideranças, ...existia centralismo, ... há anos atrás que era só uma família, mas agora já está mudando (entrevista 6 – SME sexo feminino).

Já a trajetória **política** apresenta relatos de um vínculo maior com as atividades político-partidárias do que com a educação como ilustra a fala de um SME...

... no momento eu não estava trabalhando como professor .... houve a eleição o ano passado, eu estava a frente da campanha, coordenando com o próprio prefeito. ... Eu acredito, sou bem sincero em falar, não pela pequena experiência em educação, que eu tenho que reconhecer, ...mas talvez, primeiro, pela vontade que havia e pelo sentimento que havia de uma mudança grande no setor aqui na cidade. ... um interesse muito grande de toda a comunidade educacional na cidade, e segundo, eu acho, aí gente tem que sempre analisar, a política tem seu lado bom e tem seu lado ruim, porque eu tenho uma relação muito boa com o Secretário do Estado de Educação ... a gente tem uma boa relação de muito, ... e a Educação estava muito abandonada... (entrevista 2 – SME sexo masculino)

A observação da distribuição destas trajetórias nos três estados (quadro 1) indica que a variável política está presente na maioria dos casos, pois, entre os quinze entrevistados, sete indicaram uma trajetória tradicional. Os outros oito indicaram que sua escolha ao cargo foi motivada por algum vínculo político. Desta forma quatro entrevistados relataram uma trajetória **política** e os outros quatro relatos e podem ser classificados como uma definição **tradicional política**.

**Quadro 1**  
**Distribuição das trajetórias profissionais dos SMEs por estado**

Estado	Paraná	Santa Catarina	Rio G. do Sul	Total
Trajetória Tradicional	4	1	2	7
Trad. Política	0	2	2	4
Política	1	2	1	4
Total	5	5	5	15

Fonte: Levantamento de dados qualitativos – entrevistas realizadas em 2006.

As manifestações dos SMEs ao justificarem sua escolha ao cargo ilustram essas diferenças. Cabe destacar que a percepção do papel político foi colocada com mais ênfase pelos homens com evidenciam as falas a seguir:

... em 2005 então, eu recebi a proposta do prefeito, e então assumi como secretário de educação, ...estou ciente, por que é um cargo de confiança... tenho filiação (partidária) ... a mesmo do prefeito eleito. ... o cargo se tornou mais político e menos técnico... e, a responsabilidade aumentou muito, assim tu tens todo um investimento que tu vais ter que gastar, no caso os 25% de todo o orçamento do município, fica a teu encargo, então temos que trabalhar com um percentual alto. (entrevista 15 –SME sexo masculino)

Observando-se estas informações considerando o gênero dos SMEs verifica-se que a trajetória, e, o conseqüente envolvimento em atividades de cunho político apresenta diferenças. A participação feminina na área política é reconhecidamente bastante inferior a masculina, sendo que essa situação também ocorre na nomeação de cargos e no reconhecimento desta situação. Nas entrevistas verificou-se que mesmo reconhecendo este vínculo as mulheres referem-se primeiramente a suas experiências no campo profissional. As atividades vinculadas à educação são colocadas com mais ênfase pelas mulheres como ilustram as declarações ...

Sempre tive assim um bom relacionamento com os professores, com os meus alunos, com a comunidade, sabe, nunca tive assim dificuldade de relacionamento, nunca. E é o que eu gosto de fazer mesmo, ... estou há 2 anos e meio da outra gestão, e mais essa aqui. ... aqui o Secretário sempre foi professor, sempre, geralmente assim até tem a opinião dos professores para escolha do secretário assim, claro, que tem partido político. Nós não somos do partido do prefeito, nós somos PPS, coligados com a Administração, e foi feito uma pesquisa também com os professores pra ver sobre a aceitação. Foram indicados 5 nomes, e o meu foi o que ficou como secretária. Na escola, quando eu trabalhei, eu fui eleita diretora 3 vezes, na escola municipal... (Entrevista 4 – SME sexo feminino)

... a minha experiência, na verdade, começou em 97... eu assumi a Secretaria de Educação, e não foi um convite político... O prefeito quando eleito em 96, ele optou por fazer um concurso... uma seleção na comunidade escolar, com pais, e alunos e professores pra escolha de um Secretário de Educação. Então, eu fui contemplada pela comunidade... a pedido dos professores, então, disseram “Olha,

gostaríamos que tu fosse.”, eu digo “Não, eu tava lá escola do Estado, tem a supervisão da escola, tava lá bem acomodada lá”, eu trabalho com os professores, ...aí foi aonde eu fiz a minha inscrição, e teve mais uma outra professora também que concorreu, e eu fui escolhida como Secretária de Educação assim, com uma margem bastante satisfatória. Então, começou minha trajetória 1º de janeiro de 97, caí dentro de uma Secretaria de Educação (risos), sem essa experiência administrativa, até então era de escola assim, como, como Supervisora Escolar de uma escola de Ensino Fundamental, então minha experiência era essa... de Educação Infantil a 8º eu fazia a supervisão dessa escola. E aí comecei a me encontrar, a me deparar com os entraves administrativos e políticos (risos)... Aí tu começa a ver assim, que nem tudo é pedagógico... Tu tens que gerenciar mais assim oh, o administrativo, o financeiro, e aí eu comecei também a me apavorar quando eu via que o pedagógico se distanciava um pouco de mim. Tem um Secretário que ele já é político mesmo, então ele vai mais fazer a parte política e pedagógica... (Entrevista 12 – SME sexo feminino)

Frente as múltiplas possibilidades de participação na área de gestão e política pode se afirmar que a representação feminina nos cargos de caráter político mesmo que venha num processo crescente, ainda reveste-se mais de um caráter técnico. Os homens, que assumem o cargo mostram mais claramente a identificação com o valor político que este vem assumindo. O quadro 2 apresenta a confirmação desta situação, pois, as mulheres, ainda, em sua maioria podem ser identificadas com trajetória **tradicional** ou **tradicional política**

## Quadro 2

### Distribuição das trajetórias profissionais dos SMEs por sexo

Sexo Trajetória	Feminino	Masculino	Total
Política	2	2	4
Tradicional	5	2	7
Trad. Política.	3	1	4
Total	10	5	15

Fonte: Levantamento de dados qualitativos – entrevistas realizadas em 2006.

Os dados trabalhados evidenciam que estão ocorrendo mudanças bastante significativas na estrutura da educação municipal na Região Sul. Alterações essas que seguem a tendência global do século XXI de aumento da presença do poder municipal na vida cotidiana dos cidadãos, bem como crescimento da participação feminina no processo político.

Um indicador desta alteração é a comprovada politização do cargo de gestor municipal da educação comprovada pelo número de profissionais que reconhecem os critérios políticos como elementos ativos na indicação para o cargo que estão desempenhando. As atuais responsabilidades, resultantes da implementação das novas leis que regem a educação brasileira – FUNDEB e FUNDEF, conferiram ao cargo mais importância social e política bem como transformaram o papel do administrador da educação municipal de cargo técnico em educação em um cargo com relevante papel

político no município, o que foi comprovado com a demonstração de uma declarada vinculação partidária pelos SMEs estudados.

Constatou-se, ainda, haver uma relação entre esses indicadores políticos e a situação de gênero. Observou-se que os homens tendem a ocupar o cargo, cientes de seu papel político, e, claramente identificados com a complexidade e a importância política que vem assumindo o Secretário Municipal de Educação. As mulheres valorizam, primeiramente, sua trajetória e experiência na área educacional, para só num segundo momento mencionar os aspectos políticos referentes a função

### REFERÊNCIAS

CASTRO, M. L. S.; SOUZA, M. V.. 2004. Perfil do Secretário Municipal de Educação da Região Sul. Educação Unisinos. São Leopoldo, v.8, nº 15, jul-dez p.11-38,2004.

\_\_\_\_\_ Perfil sócio-educacional do Secretário Municipal de Educação do Rio Grande do Sul. Relatório Final do projeto de pesquisa. 1999. FINEP, FAPERGS, PUCRS.

\_\_\_\_\_ **Gestão da Escola Básica III: Teorizando sobre a prática.** Relatório Final do Projeto de Pesquisa, CNPq, Julho de 2007.

<http://portal.mec.gov.br/home/index> acessado em 20 de abril de 2009.

IBAM - <http://www.ibam.org.br/publique/media/ESP020P.pdf> acessado em 10 de junho de 2006.

IBGE - <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat> acessado em 5 de maio de 2006.

KLERING, L. R.. 1998. Experiências recentes em municípios brasileiros: os novos municípios e as conquistas de autonomia. In: Roberto Fachin e Alain Chanlat (Org). Governo municipal na América Latina. Porto Alegre, Editora UFRGS..

MENEZES, J.S.S.. 2002. O Fundef sob a ótica dos Secretários Municipais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul: Um recorte de dois momentos. Relatório técnico do projeto Secretário Municipal de Educação: Análise dos dados e reconstrução teórica, P.Alegre, PUCRS, FAPERGS.

NARDI, E. L.. 2006. Sistemas municipais de ensino e o regime de colaboração entre estados e municípios: por onde vamos? IN: Werle Flávia Corrêa Obino (Org). Sistema Municipal de Ensino e o regime de colaboração. Ijuí, Editora UNIJUÍ.

PINTO, J. M. R.. 2000 Sobre municipalização do ensino, coronelismo e números muitos números. In Marta Luz Sisson de Castro e Flávia Obino Corrêa Werle (Org.) Educação comparada na perspectiva da globalização e da autonomia. São Leopoldo, Editora UNISINOS.p. 197-218.

SILVA, Camila Croso et alii. Política educacional no Brasil: avaliando o primeiro ano do FUNDEF. IN: <http://www.acaoeducativa.org.br/base.php>. Acessado em 16/08/2006.